 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 052. Política indígena na política não indígena: Experiências de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais.

Luís Roberto de Paula (Universidade Federal do ABC) - Coordenador/a, Ricardo Verdum (Museu Nacional) - Coordenador/a Apesar da participa??o ind?gena em processos eleitorais possuir uma longa e intensa trajet?ria hist?rica no pa?s, quando o tema vem ? baila, normalmente nos lembramos somente do mandato de deputado federal do xavante M?rio Juruna na d?cada de 80. J? tivemos e temos atualmente dezenas de prefeitos, vices e vereadores ind?genas com mandatos efetivamente conquistados, espalhados pelos quatro cantos do pa?s, al?m de uma candidatura ind?gena ? vice-presid?ncia da Rep?blica. Na contram?o de um fen?meno que se torna mais intenso e vis?vel a opini?o p?blica, s?o ainda raras as pesquisas no campo da etnologia ind?gena, e mesmo das ci?ncias sociais de modo geral, que tenham como objeto privilegiado de an?lise a rela??o entre povos ind?genas e processos eleitorais no Brasil. Esse GT busca aglutinar pesquisadores que j? tenham produzido investiga?es sobre essa tem?tica, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa, e que se interessem em apresentar seus primeiros resultados. S?o bem-vindos pesquisadores de todas as filia?es disciplinares, j? que um dos objetivos dessa proposta ? a de propiciar um debate multidisciplinar, fazendo jus a pr?pria natureza epistemol?gica do objeto investigado. Ser? dada ainda especial aten??o ? inclus?o no GT de propostas advindas de pesquisadores ind?genas dedicados ao tema, bem como de ind?genas que tenham ou estejam ocupando mandatos nos poderes executivo ou legislativo municipais.

Política Indígena na Política não Indígena: Experiencias de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais em São Gabriel da Cachoeira - AM

Autoria: Franklin Paulo Eduardo da Silva, Valkíria Apolinário

Sou, Franklin Paulo Eduardo da Silva, indígena da etnia Baniwa, Licenciado pela (UEA/AM); especialista em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (IFAM/SGC); Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UNB) e Doutorando em Antropologia (UNB/ICS/DAN). São Gabriel da Cachoeira é uma das regiões rica em diversidade cultural, ambiental, social e econômica. o único Município com mais de 95% de população indígena, 26 grupos étnicos distintos e 18 línguas faladas. São reconhecidas como línguas cooficiais, ao lado do português, três idiomas indígenas: Nhengatu, Tukano e Baniwa. São organizados em aldeias e em mais de 80 associações que formam a base política da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a maior instituição representativa dos povos indígenas do Rio Negro. São Gabriel da Cachoeira possui 42.342 indivíduos (http://www.cidades.ibge.gov.br) distribuídos entre zona urbana e em 432 povoações, desde pequenos sítios até aos povoados de mais de três mil pessoas, espalhados ao longo do Rio Negro e seus principais afluentes. No Rio Negro, desde década de noventa, as participações indígenas nas políticas públicas não indígenas vêm crescendo, consideravelmente. Foram eleitos indígenas a cargo de Prefeito, vice-prefeitos e vereadores. Porém, sem a participação e interferência do movimento indígena, apenas com destaques e articulações individuais ou grupos de indígenas organizados para estes fins. Durante a Assembleia Geral da FOIRN de 2014, lideranças indígenas de diferentes etnias levantaram as questões de participações de indígenas nos executivos e legislativos municipais, estaduais e a federais e concluíram que são importantes e necessários, por isso, demandaram ao movimento indígena do Rio Negro a ?Discussão de estratégias e estudos para participações efetivas em Políticas Públicas não indígenas?. O objetivo é discutir estratégias e construir projeto político de participações indígenas em políticas não indígenas com metas de chegar aos poderes executivos, ampliar participações em legislativos nos municípios de: Barcelos; Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira (AM) e chegar à Assembleia Legislativa do Amazonas e Congresso Nacional nos próximos cinquenta anos. Eu tive o privilégio de coordenar e articular a implantação desta demanda. Na

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> oportunidade lançamos indígenas nas eleições municipais de 2016 como candidatos (as) apoiados (as) pelo movimento indígena. Não tivemos sucessos, mas a experiência nos mostrou as falhas, as dificuldades e os problemas que devemos superar. São estas experiências que quero compartilhar com os participantes destes Seminário, contribuir com a discussão e ajudar refletir sobre o tema.
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**